

Continuação		Ativo não circulante		Passivo não circulante	
	(1.426)				
O saldo dos depósitos judiciais apresenta-se líquido das presentes provisões prováveis constituídas:					
(-) Provisão para contingências.....	6.232				
Depósitos judiciais.....	4.806				
Em 31.12.2024.....					46.631
(-) Provisão para contingências.....	(1.426)				
Depósitos judiciais.....	5.655				
Em 31.12.2023.....	4.229				26.244

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO		31.12.2024		31.12.2023	
a) Capital social					
O capital social é de R\$49.500 e está subscrito e integralizado, composto por 339.407.505 ações, sendo 250.349.180 ações ordinárias e 89.058.325 ações preferenciais escriturais, todas sem valor nominal.					
b) Reserva Legal					
O saldo de Reserva legal conforme previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, refere-se a 5% do lucro líquido dos exercícios, limitado a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2024 a companhia mantém registrado nesta rubrica o valor de R\$ 9.900 (R\$9.900 2023).					
c) Dividendos					
O Estatuto prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 30% do lucro líquido ajustado do exercício. Para as ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% sobre o lucro líquido.					
	Dividendos a pagar	Juros s/ capital próprio a pagar	Total		
Em 31.12.2023.....	11.651	393	12.044		
Dividendos pagos.....	(16.696)	-	(16.696)		
Dividendos extraordinários.....	13.000	-	13.000		
Dividendos propostos 2024.....	4.057	-	4.057		
Em 31.12.2024.....	12.012	393	12.405		
	31.12.2024	31.12.2023			
Lucro líquido do exercício.....	13.526	14.259			
Base de cálculo dos dividendos.....	13.526	14.259			
Cálculo dos Dividendos.....	30%	30%			
Dividendos mínimos obrigatórios.....	4.057	4.277			
Dividendos propostos - 30%.....	4.057	4.277			

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES		31.12.2024		31.12.2023	
Estão calculados com base no lucro presumido, com presunção de 32% sobre aluguéis da Cia e 8% para as vendas de terrenos, sendo imposto de renda à alíquota de 15%, 10% de adicional e contribuição social de 9%.					
15. RECEITA OPERACIONAL					
		31.12.2024	31.12.2023		
Locações.....		56.085	48.137		
Venda Terrenos.....		5.803	400		
Receita Operacional Bruta.....		61.888	48.537		
Descontos/ cancelamentos.....		(443)	(218)		
Impostos s/ faturamento.....		(2.245)	(1.860)		
Deduções da Receita Bruta.....		(2.688)	(2.078)		
Receita Operacional Líquida.....		59.200	46.459		

16. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		31.12.2024		31.12.2023	
No exercício findo em 31.12.2024, o montante pago a título de remuneração dos administradores e conselheiros de administração totalizou R\$12.016 (R\$ 12.831 em 31.12.2023), e está registrado no resultado do exercício.					
A companhia não efetua remunerações ao pessoal chave da administração para as seguintes categorias: a) benefícios de curto e longo prazo a empregados e administradores; b) benefícios pós-emprego; c) outros benefícios de longo prazo; d) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e) remuneração baseada em ações.					
		31.12.2024	31.12.2023		
Remuneração a dirigentes.....		12.016	12.831		
Despesas com pessoal.....		579	393		
Despesas gerais e administrativas.....		33.886	22.025		
Despesas tributárias.....		1.944	2.118		
		48.425	37.367		

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS		31.12.2024		31.12.2023	
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não havia operações em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos. Nessas mesmas datas o valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivalem aproximadamente ao valor de mercado. A companhia não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente.					

18. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)		31.12.2024		31.12.2023	
A companhia mantém política de contratar ou exigir seguro para os seus ativos sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para fazer frente a eventuais perdas com sinistros levando em consideração a natureza das atividades. A maioria absoluta das operações comerciais é locada, onde a responsabilidade da contratação do seguro é do Locatário por força contratual e a companhia figura como beneficiária. As premissas de risco adotadas e emissão de opinião sobre a suficiência das coberturas de seguros não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras. Principais coberturas:					
Objeto de cobertura	Tipo de cobertura	Ramo	Total de LMI	Vigência	
Prédios, equipamentos e lucros cessantes	Incêndio, explosão, vendaval, alagamento, danos elétricos e demais riscos	Patrimonial	R\$ 56.717	Junho 2025	
Responsabilidade Civil	Operações Shopping Center, guarda de veículos de terceiros, empregador, riscos contingentes de veículos, circulação de equipamentos, danos ao conteúdo e danos morais	RC	R\$ 10.000	Junho 2025	
Automóvel frota	Casco, danos materiais e pessoais a terceiros e danos morais	Automóvel	100% FIPE	Novembro 2025	

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA	
Augusto Lauro de Oliveira Júnior (Presidente)		Luciano Adures de Oliveira (Diretor Presidente)	
Ivon Luiz de Oliveira Júnior (Vice-Presidente)		Augusto Lauro de Oliveira Júnior (Diretor Vice-Presidente)	
Carlos Eduardo Francheschini Lobato		Luis Eduardo Bastos dos Santos (Diretor de Operações)	
Joaquim Luiz de Oliveira Júnior		Marcelo Augusto Furlan dos Santos (Diretor Administrativo Financeiro)	
Luciano Adures de Oliveira			
Sérgio Martins de Oliveira (Conselheiros)			
		RESPONSÁVEL TÉCNICO	
		Wesles Ramos Dias (Contador CRC-PR-039924-O-9-T-SP)	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Real Empreendimentos S.A. Porto Alegre - RS	Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Opinião	Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro, e emitir um relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou de erro em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Examinamos as demonstrações financeiras da Real Empreendimentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.	Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Real Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil,	<ul style="list-style-type: none"> Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Base para opinião	Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.	Porto Alegre, 21 de março de 2025.
Outros assuntos	TATICCA Auditores Independentes S.S. CRC RS nº 009308/F CVM 12.220
Demonstrações do valor adicionado	Luiz Fernando Silva Soares Contador - CRCRS nº 33.964
As demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.	
Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras	
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.	
Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.	
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.	

Jornal do Comércio

PUBLICIDADE LEGAL

TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

Dê mais **credibilidade** e segurança à publicidade legal da sua empresa no Jornal do Comércio.

O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais. Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.

Escaneie o QRCode abaixo e entre em contato:



WHATSAPP: (51) 3213-1342 | EMAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR